



REDATOR PRINCIPAL

ALEXANDRE VIEIRA

* Propriedade da Confederação Geral do Trabalho *

EDITOR - JOAQUIM CARDOSO

Redacção e administração - Calçada do Cembo, 38-A, 2.^o

Lisboa - PORTUGAL

End. telegr. Tchaba - Lisboa • Telefone?

Oficinas de impressão : Rua da Atalaia, 134

A BATALHA

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

A entrega do Kaiser RESPSTA DA HOLANDA

Uma feliz indiscrição permitiu-nos conhecer e copiar para os nossos leitores a resposta da Holanda ao Conselho Supremo dos Aliados, a propósito da extradição do kaiser. Eis-la:

A Holanda tomou conhecimento da resposta do Conselho Supremo dos Aliados à sua nota, relativa à sua recusa de entregar Guilherme de Hohenzollern, ex-imperador alemão, a fim de ser julgado.

A leitura desta resposta mergulhou-nos num profundo pasmo. Ela contém, como é certo, inexactidões de facto, de contra-verdades e conduz a deduções puramente revolucionárias. Compreende-lo-imos, e muito bem, que semelhante resposta fôsse dada por governos socialistas e comunistas, como o da Rúpública dos Soviéticos, mas não o compreendemos da parte de governos interessados em manter a ordem, como felizmente são os actuais governos da Gran-Bretanha, da França e da Itália. E tal a candura da resposta que tememos que o Conselho Supremo dos Aliados não se tenha apercebido das inexactidões de facto, das contra-verdades e das deduções revolucionárias. O Conselho há de permitir-nos que lhas mostremos, para que então melhor possa apreender as razões que mantemos com toda a firmeza a nossa recusa em aceder ao seu pedido.

O Conselho Supremo apoia-se sobre os sacrifícios feitos no interesse geral pelas potências durante a guerra. Longe de nós o pensamento de negar estes sacrifícios. São até muito mais importantes do que o mostram os números dados pela nota. Mas afirmar que os mencionados sacrifícios foram feitos no interesse geral excede um pouco os limites da exactidão e da verdade. «Esquecimento», senhores do Conselho Supremo, os tratados de Londres e outros entendimentos, por meio dos quais se distribuíram, entre os futuros vencedores, os territórios e as populações? O esquecimento é estranho, pois que no momento presente, entre vós se debate a execução dum desses tratados para com a Itália. O interesse geral quer-nos parecer que se reduz a interesses particulares, muito bem limitados.

Falais dos compromissos das potências para com os povos.

Tantas vezes foram tomados e repetidos publicamente, que muito bem os conhecemos. Sómente, muito respeitosamente vos observamos que nenhum dos vossos compromissos foi respeitado e executado. Permita-se-nos, senhores, que o provemos, porque a sinceridade da vossa nota mostra-nos que a este respeito não tendes clara consciência do facto. As potências tomaram para com os seus povos os seguintes compromissos:

A guerra mundial será a última guerra; o militarismo alemão seria destruído, os povos seriam senhores dos seus próprios destinos. Os 14 pontos do presidente Wilson davam satisfação a estes compromissos e as potências aceitaram-os. Mas quando se tornou forçoso passar à execução destas promessas, as potências esforçaram-se então em deformá-las, em deferir a sua execução ou executar o contrário. E basta examinar o actual estado do mundo para se constatar a falha dos compromissos que por vontade própria tomastes: os territórios e as populações são divididos sem referendum; o militarismo alemão é ainda forte; nenhum dos 14 pontos do sr. Wilson foi posto em execução. Portanto, vir declarar que «os compromissos tomados pelas potências para com os povos, as obrigar a manter e a renovar o seu pedido» parece-nos uma brincadeira um pouco ousada.

Por motivo próprio houve dividido as potências em interesses com interesses limitados e potências com interesses gerais. Implicitamente, a Holanda foi por vós classificada no número das potências com interesses limitados. Permiti-nos, portanto, que sigamos o caminho que nos foi traçado. Como os nossos interesses são limitados, os interesses gerais não nos dizem respeito. Assim o deves entender ao excluir todas as pequenas nações, até as beligerantes, das discussões da Paz. A extradição do Kaiser é uma questão de interesse geral. Portanto, não nos diz respeito. Só nos devemos ocupar com os nossos limitados interesses. E os nossos interesses limitados consistem em defender o direito do asilo para todos os criminosos políticos. A guerra é um crime internacional. Estamos em absoluto de acordo com esta opinião, e felizes nos consideraremos em dar a nossa ajuda à codificação dos crimes internacionais no futuro. Mas recusamo-nos a considerar como crimes legais, e, por consequência, a anuir à extradição, de seja quem for, aos que geraram, provocaram, conduziram à guerra, enquanto a guerra não for declarada crime legal. O Direito nunca foi retroativo. Seria, portanto, destruir o Direito cedendo ao vosso pedido.

E permitam-nos, senhores do Conselho Supremo, que ilhes demonstremos as consequências da vossa criminalização da guerra. Neste momento preciso, vimos cometido este crime, pois que as potências com interesses gerais têm feito a guerra à Rússia Soviética, subvenzionado os partidos russos que se batem entre si e algumas destas potências, sob formas diversas, fazem a guerra a África, no Egito, na Irlanda, em Marrocos e na Síria. O que é considerado crime para um deve-o ser para todos.

Agradecemo-vos a solicitude que tendes manifestado para com a Holanda, procurando que ela não falte aos seus deveres para com a civilização. A este respeito asseguramo-vos, senhores, a nossa máxima solicitude. E é este cuidado que nos leva a recusar a extradição de Guilherme Hohenzollern. Uma das bases da civilização é a substituição da lei do mais forte pela lei que assenta no Direito. E, portanto, constituirá uma violação do Direito, contrária à civilização, a aquiescência ao vosso pedido.

A Holanda não esquece que «a política e a ação pessoal do homem que as potências reclamam para julgar custarão a vida» a milhares de seres, causando inúmeras ruínas. Mas num crime colectivo — e é este o caso de guerra — constitui uma suprema injustiça julgar sómente um acusado e não todos os suportes culpados. Ora, julgar só o ex-kaiser alemão seria julgar um único acusado que não cometeu certamente o seu crime sem o auxílio de múltiplos cúmplices. E julgamos saber, por prévio inquérito, que diversos cúmplices são subditos das potências que reclamam Guilherme Hohenzollern. No dia em que as potências resolverem estabelecer um tribunal internacional para julgar todos os autores responsáveis da guerra, qualquer que seja a sua nacionalidade e a sua alta posição, quer presente, quer passada, estamos prontos a extraditar o ex-kaiser alemão e qualquer outro acusado. A Holanda conhece muito bem a grandeza do seu dever para neste caso furtar-se «a uma união tendo por fim punir por uma forma exemplar os autores responsáveis dos desastres e das abominações da guerra». Mas o vosso pedido, que só respeita a um culpado — o maior, estamos de acordo — deixará os outros por punir! Nisto só existe injustiça, a que não queremos associar-nos. Todos, se quiserem; um só, não.

E accedendo, nestas condições, a extraditar o ex-kaiser, colocamo-nos não no terreno do Direito e da Justiça, mas sim no terreno da Deteza-própria de toda a humanidade.

Mas esta Deteza-própria só existe com a condição de apôs uma instrução completa e contraditória serem julgados e postos em condições de se não tornarem nocivos todos os autores como tais reconhecidos.

Foi com vivo pesar, senhores do Conselho Supremo, que lêmos na vossa nota-resposta que «a teoria da força geradora do Direito é falsa».

Esta teoria, sabem-no todos os sociólogos e todos os que tem estudado a evolução do direito através das idades, que é exacta, verdadeira. O Direito é um simples produto da Fórmula. Esta fórmula pode ser a das armas, a da pressa económica, a da opinião pública. Qualquer que ela seja, é sempre uma Fórmula, que cria o Direito. Perdoa-nos, senhores, esta pequena lição de sociologia, recordando que a verdade se deve sempre dizer e que o erro se deve sempre banir.

O final da vossa nota, senhores do Conselho Supremo, encerra uma ameaça velada. É certo que a Holanda é uma nação muito pequena e que a fórmula das potências aliadas excede consideravelmente a fórmula da Holanda. É certo, também, que se as potências aliadas recorrem à força violenta das armas ou do bloqueio económico para conseguirem a entrega do ex-kaiser, a Holanda ver-se-á forçada a ceder. Mas neste caso cometereis para com a Holanda o mesmo crime pelo qual reclamais a extradição do ex-kaiser. Desafiamo-vos a recorrer à força para nos obrigar a fazer o que não queremos. A faléscia e o desprazer dos vossos compromissos e das vossas declarações tornar-se-ão muito aparentes para que possam adoptar tal atitude. Sabem muito bem, e assim o sugerem, em termos discretos e velados, que é possível tomar medidas de precaução eficazes, sem extradição. Estamos de acordo. E' evidente que a Holanda, no interesse da sua própria tranquilidade, pode pôr o ex-kaiser alemão neste dilema: ou sair do território holandês para ir para onde quiser, porque é livre, ou retirar-se, que são diminutos.

Para esse fim, a redacção da Era Nova convocou as direcções dos sindicatos de todos os ramos da classe para uma reunião que se efectua na próxima sexta-feira, na redacção da Era Nova.

Dentro de alguns dias a Era Nova publicará um suplemento expondo à classe as razões porque ela deve movimentar-se e o caminho que deve trilhar para o conseguir.

NOTAS & COMENTARIOS

Errare humanum est. Porque dissemos que alguns deputados «populares» haviam aprovado a proposta referente aos ferroviários, quando esta foi posta à votação na generalidade, despejaram O Popular uma saraiva de palavras feias que seriam de todo o ponto justas se a nossa informação se pudesse atribuir os intuiços que o O Popular apresentava. A prova da nossa boa-fé e da convicção com que noticiamos terem alguns «populares» aprovado a proposta é que ainda nos fomos certificar se de facto enganámos, pelo que só agora fazemos a devida rectificação.

A proposta em questão foi rejeitada por dois independentes, os sr. José Gonçalves e Malheiro Reimão, por três democráticos, os sr. João Luís Ricardo, João Camões e Plínio Silva; e pelos sete populares presentes, os sr. Júlio Martins, País Rovisco, Virgílio Costa, Cunha Leal, Jaime Coelho, Garcia da Costa e Manuel José da Silva.

Mas o nosso engano tem a sua justificação. Tendo os sr. País Rovisco e Cunha Leal declarado reprovo, em vez de rejeito, como é de uso, para evitar confusões, pareceu-nos ter ouvido aprovo. E sabemos que a confusão não foi só nossa. Na mesa também se entendeu aprovo e tanto assim que o sr. Cunha Leal foi acima fazer a rectificação.

Fixem os camaradas grevistas o que diz o seu comité e procedam de maneira a seguir-lhe as indicações.

Boas intenções...

Segundo o nosso informador da Arcada, o ministro da agricultura vai chamar a uma conferência os moçadores e padres, a fim de se acordar nas medidas a promulgar, tendentes a barrar o custo do pão, garantindo-se ao mesmo tempo os lucros a que tem júris a moagem e a panificação.

Não duvidamos que as intenções do ministro da agricultura, que nos dizem ser pessoa avessa a politiquices, sejam enunciadas na nota acima. Simplesmente duvidamos que, chamando moçadores e padres a uma conferência, ele consiga promover o barateamento do preço do pão, que, além de caro, está cada vez mais ingravável.

Não é com convites para conferências que aquelas sangueugens do povo deixarão de prosseguir no caminho atá agora trilhado. O remédio é outromais radical — e esse não pode aplicá-lo o ministro, porque não o consente a maioria suficiente para uma imediata votação ao trabalho.

Sen qualquer intuito agressivo ou de ameaça, este comité não poderá determinar a imediata normalização dos serviços, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o movimento ter sido declarado em condições tais de segurança, que só a apresentação daquela lei pelo comité poderia, como se翰ha, provar o terem sido atendidos os desejos dos ferroviários e simultaneamente conseguir a volta ao trabalho.

Nestas condições, repetimos, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o movimento ter sido declarado em condições tais de segurança, que só a apresentação daquela lei pelo comité poderia, como se翰ha, provar o terem sido atendidos os desejos dos ferroviários e simultaneamente conseguir a volta ao trabalho.

As greves... Cantam os jornais burgeses em cômo, aliás um pouco desafinado, a sinfonia, já estada da condenação das greves. E' este mês de luta considerado anti-patriótico, por uns, contraproducente por outros. Quem fere melhor a nota da imparcialidade da greve, nesta estada partitura, é o sr. Mayer Garcão, no seu editorial de ontem, alegando que as greves não solucionam o pesadelo da recifela e da despesa, o que aliás já sabíamos.

Este facto, que revela uma nítida compreensão da gravidade do momento que passa, manifestado pelos homens que tem assento naquela câmara, como pelo próprio governo, não constitui o motivo suficiente para uma imediata votação ao trabalho.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

Tanto entre o pessoal superior como inferior tem lavrado o máximo entusiasmo, sem que as reclamações da classe sejam convertidas em lei, visto o mês de convertida em lei a proposta do ministro do comércio.

Continuando a aconselhar a máximas serenidade ao pessoal, aguarda este comité que o governo o chame, a lim de serem reguladas, de mútuo acordo, as bases firmes, indispensáveis à solução do conflito.

O moral do pessoal continua sendo excelente, mantendo-se todos os ferroviários nos seus postos firmemente unidos.

PELA POLÍTICA NO PALCO PARLAMENTAR A GREVE FERROVIÁRIA

A proposta do ministro do comércio é finalmente aprovada!

Ao anunciar o presidente da câmara que se ia passar à ordem do dia, o presidente do ministério pediu a palavra. O sr. José e o governo solidarizaram-se com o sr. ministro do comércio e entendem que é absolutamente inconveniente a suspensão da discussão da proposta. Pede portanto que a câmara continue a discutir, resolvendo segundo a sua soberania.

O sr. Manuel José da Silva, popular, requer que se abra uma inscrição especial para apreciar as declarações do chefe do governo. É rejeitado em contra-prova por 38 votos contra 25, contando-nos muitos democráticos.

Em seguida, o sr. presidente consulta a câmara se quer prosseguir na discussão da proposta. Aprovado que se prossiga, é lido na mesa o artigo 1º da proposta.

Os populares abandonam a sala

O sr. Júlio Martins insurge-se contra a situação imposta pelo governo ao parlamento de votar uma proposta sob a coação de uma greve. A rejeição do requerimento para que sobre as declarações do chefe do governo incidisse discussão representa uma desconsideração para o parlamento. Se o governo não recêia a greve e se não é sob essa coação que entende que a proposta seja discutida, para que é então tanto empenho em salvar uma companhia falida?

Terminado o discurso do sr. Júlio Martins, os populares abandonam a sala.

O sr. presidente do ministério afirma que o governo não se sente diminuído no seu prestígio por vir pedir à câmara que continue a discutir a proposta. É uma proposta justa e, se o não fosse, o governo não a teria trazido. Ora, se a proposta era justa antes da declaração da greve, não será computado para o cálculo da anuidade a pagar às empresas, em caso de resgate das concessões de execução desta lei e saldar, até à aplicação das respectivas tarifas, o déficit da exploração.

Pelo sr. ministro do comércio foram introduzidos os seguintes novos artigos:

Art. 6º A.—O produto de quaisquer sobretaxas que o governo autorizar ou tenha autorizado sobre as tarifas ferroviárias, não será computado para o cálculo da anuidade a pagar às empresas, em caso de resgate das concessões de execução desta lei e saldar, até à aplicação das respectivas tarifas.

Art. 6º B.—Em quanto durar o regime de sobretaxas sobre tarifa ferroviária, o produto das sobretaxas, a que se refere o artigo anterior, será exclusivamente destinado:

1º a cobrir o déficit da exploração de cada rede;

2º a pagar os trabalhos extraordinários de primeiro estabelecimento previamente autorizado pelo governo;

3º a satisfazer os encargos financeiros obrigatórios, conforme os respectivos estatutos e contratos.

§ 1º O produto das receitas que excederem as despesas referidas neste artigo, revertêr-se-a favor do Estado, como receita extraordinária.

§ 2º O governo tomará as providências necessárias para fiscalizar, em cada empresa, a economia da exploração, por forma a reduzir quanto possível o encargo constante do n.º 1º deste artigo.

Finalmente, em virtude de mais um novo artigo, proposto pelo sr. Jorge Nunes, esta lei entra imediatamente em vigor.

SINDICATOS da PROVÍNCIA

Sindicato Único da Construção Civil de Oeiras. — Comissão de Melhoramentos — Tratou do aumento de salário. Mais uma vez se convocaram os camaradas para a sessão industrial a nomearem as comissões por delegados. O resultado urge, e a virem a este sindicato, à comissão de melhoramentos, inscrever os seus nomes.

Tendo-se proposto o boato de que as associações dos concelhos de Cascais e de Vila Franca de Xira se haviam reunido com este sindicato, resolvendoclarar a greve prosumo de salário, este sindicato declarou que tal boato é inteiramente falso, porque não o fazem senão que o organismo central o delibere. Ficam por este meio avisados os operários de instalação de que não devem aderir a qualquer trabalho sem que o movimento seja geral, não devendo servir de joguetes a quem o usa.

Castelos de Gonçalo. — Acaba esta colectividade de alcançar mais uma vitória, que resulta na reclamação sobre os 35 a 40% de aumento que todos os concelhos industriais, com todos os seus delegados, fizeram feita ao industrial José Manuel Rodrigues de Melo que, sistematicamente, se negou a atendê-la.

Pena e que os camaradas cesteiros a deputado dos concelhos, representados pelo seu sindicato, não tiveram absoluto sucesso em seu empreendimento, se verem na dura contingência de não trabalharem, em virtude de todo o trabalho ser absorvido pelos que trabalham a favor da greve. Ficam por este meio avisados os operários de instalação de que não devem aderir a qualquer trabalho sem que o movimento seja geral, não devendo servir de joguetes a quem o usa.

Associação da Construção Civil do Centro. — Infarto da construção civil, noticia dada à publicidade pelo Século e Diário de Notícias, de que esta associação já está a um movimento para aumento de salário, carece de fundamento, porque sendo federada irá à luta quando a Federação o indica.

NAS OBRAS DUM ASILIO

Encarregado vingativo

Informa-nos o Sindicato Único da Construção Civil que tomou conhecimento e vai providenciar contra várias arbitrariedades cometidas por um encarregado das obras do asilo de Cegos de Santo António dos Capuchos, em construção nos terrenos anexos ao asilo de Mendicidade.

Devido a certos abusos de gravidade que tem merecido reparos a alguns operários que ali trabalham, tem bastado isso para que o tal indivíduo, que é protegido pela comissão administrativa das obras, despeça o pessoal que não lhe cai em agrado.

Para esta semana promete fazer mais vinganças, estando o pessoal alvejado resolvido a pedir uma sindicância, que deseja seja feita pelo Sindicato.

Bom seria que a direcção da obra fizesse verdadeira justiça antes que o caso assuma maiores proporções.

Prorroga-se a sessão até votar-se a proposta

O sr. presidente declara que o leader popular agradeceu muito a manifestação da Câmara mas que a deliberação de abandonar a Câmara irá sido tomada por unanimidade por os deputados populares se julgarem coactos e por tanto não podia aceder aos desejos da Câmara.

O sr. Dias da Silva requer a prorrogação da sessão até votação da proposta. Assim se resolve, tendo o governo aprovado o requerimento.

Emendas e aditamentos à proposta que entra imediatamente em vigor...

Em seguida procede-se à votação das

Os assambarcadores

Novos julgamentos

Sob a presidência do dr. sr. Paiva Lopes, voltou ontém a reunir-se o tribunal para julgamento dos indivíduos abrangidos na causa dos assambarcadores, sendo julgado António Candeias, acusado de ter causado danos com soticias sonoradas no seu estabelecimento, na rua Maria Pia, 311; não se tendo provado a acusação foi absolvido. Grébutes Rosa, acusada de ter maltratado a menor, foi absolvida.

Grébutes Rosa, acusada de ter maltratado a menor, foi absolvida.

Em seguida procede-se à votação das

Vida Sindical

COMUNICAÇÕES

Sindicato Único da Construção Civil — Sindicato profissional dos Ferroristas. Reuniu ontem a comissão de defesa profissional que resolveu avisar todas as sociedades que devem, ao encher as propostas de negociação, assiná-las, e por bem levando os seus números, só sendo válidas as propostas que vierem fabricadas por tés mesmas.

Também se torna público, e do conhecimento de todos os camaradas que reúnem-se, as sextas feiras,

Fragateiros. — Reuniu ontem esta classe em assembleia geral, pelas 18 horas, apresentando as demandas feitas junto dos sócios que devem, ao encher as propostas de negociação, assiná-las, e por bem levando os seus números, só sendo válidas as propostas que vierem fabricadas por tés mesmas.

Comissão da União dos Sindicatos Operários

É amanhã pelas 21 horas se realiza uma sessão de propaganda promovida por esta comissão, na rua da Madalena, 221, sede da Associação de Classe dos Empregados do Escritório.

Millerand diz que a greve ferroviária está diminuindo de intensidade

PARIS. — Tendo-se feito um acordo entre o director dos caminhos de ferro e os ferroviários, o M. Millerand determinou que se retomasse o trabalho.

— É isto. Os trabalhadores e os sindicatos que sucederão a quem é despedido.

Agentes em Lisboa

José Henriques Totta & C.º

BANQUEIROS

69 a 79, Rua Aurea, 69 a 79

Telefone 533 e 1589 Central

A BATALHA

As 8 horas de trabalho últimas notícias

O prémio dos que reagem

Vieram queixar-se nos os trabalhadores José Maria Pereira, Manuel Luís da Costa, Joaquim Nunes, José José, António, Magalhães e José Pereira da Costa que exercem a sua actividade na Yacum Oil Company, secção de oleos, a Santo Amaro, pretendendo o respectivo chefe, de nome Rico, obrigar os a trabalhar dez horas, ao que se opuseram extraordinariamente e denunciaram o seu protesto a lei. Em face destas atitudes dos referidos trabalhadores, afirmaram os estes que foram despedidos pelo tal Rico, um optimista das patentes.

— E isto. Os trabalhadores e os sindicatos que sucederão a quem é despedido.

Millerand diz que a greve ferroviária está diminuindo de intensidade

PARIS. — Tendo-se feito um acordo entre o director dos caminhos de ferro e os ferroviários, o M. Millerand determinou que se retomasse o trabalho.

— É isto. Os trabalhadores e os sindicatos que sucederão a quem é despedido.

Agentes em Lisboa

José Henriques Totta & C.º

BANQUEIROS

69 a 79, Rua Aurea, 69 a 79

Telefone 533 e 1589 Central

Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres

FUNDADA EM 1853

SEDE NO PORTO: RUA FERREIRA BORGES (Edifício próprio)

Capital 1.000 CONTOS

(Um milhão de escudos)

Salários pagos até 31 de Dezembro de 1918: 6.579.529\$26,66

Dividendo distribuído, idem, idem: 1.394.000\$00

Efectua seguros contra riscos de fogo, industriais, lucros cessantes, alugueres de preços, greves e tumultos (só em preços e mobiliários), automóveis, riscos marítimos e riscos de guerra.

Agentes em Lisboa

José Henriques Totta & C.º

BANQUEIROS

69 a 79, Rua Aurea, 69 a 79

Telefone 533 e 1589 Central

CANDEIAS

a Casa que em Lisboa vende calçado mais barato

33-Rua do Comércio-33

INTENDENTE

Defronte do Chafariz

CAMBIOS, PAPEIS DE RÉDITO, coupons e moedas nacionais e estrangeiras, etc.

Atenção

Nunes & Nunes, Limitada

CASA BANCARIA

RUA AUREA, 31 — LISBOA 74

End. Telef. — Danubius

Óculos, papéis de crédito nacionais e estrangeiros, coupons, moedas e estrangeiras.

Depósitos e transferências.

Depósitos a ordem e a prazo.

Atenção

John Whittaker, Richard Bradshaw e Joseph Briggs, proprietários da patente de invenção n.º 8119 para "Aperfeiçoamento em maquinismos para o fornecimento de trânsito aos teatros, ou que áqueles maquinismos dêem respeito", concedida a 14 de Maio de 1912, desejando que o seu invento seja o mais possível aproveitado no país, declararam que se prontificam a conceder licenças para o uso parcial do privilégio ou mesmo a vendê-lo a terceiros. Correspondente a Paris comunicou a sua morada sua sogra, Beatriz do Carmo Passo, London.

Atenção

António Patrício e sua mulher agradecem por este meio a todas as pessoas que acompanharam a sua última morada sua sogra, Beatriz do Carmo Passo.

Atenção

Na América do Sul

Uma greve em Buenos-Aires

BUENOS AIRES, 1. — Os deschargeiros do porto abandonaram o trabalho.

Atenção

Em Espanha

Reina em Barcelona a ordem de Varsóvia

BARCELONA, 2. — Reina tranquilidade nesta cidade, fazendo contudo, a polícia novas detenções. — Rádio.

Atenção

Correio dos operários escolhedores e máquinistas. (132)

R. Santana, 131, à Lapa

Fábrica de Américo Oliva

Atenção

Capital garantido

É aquele que se empregue

Em acções da

COMPANHIA GERAL

DE CAMIONAGENS

Cujo material o representa

SOLIDAMENTE

Está aberta a subscrição

para as acções liberadas de

DEZ ESCUDOS

Na sede provisória: